

A imprensa baiana e a Campanha de Canudos (1896-1897)

Joaquim Antonio de Novais Filho*
Edvania Gomes Silva**

A partir de fins de 1896, após a derrota da expedição militar enviada ao sertão baiano pelo governo estadual para dispersar a população de Canudos, a imprensa periódica tornou-se um dos principais aparelhos de informação empenhados na construção de uma imagem na maior parte dos casos difamatória de Antônio Conselheiro. Mesmo assim, ecoando na capital federal mas também em algumas capitais de província e cidades do sertão sergipano e baiano, essas notícias inspiravam representações variadas na imprensa¹. A eficácia da circulação dessas notícias na constituição dos discursos acerca da Campanha de Canudos (nov.1896 – out.1897) nos fez propor a análise da atuação da imprensa periódica baiana na cobertura desse evento. O acirramento do conflito entre as forças oficiais e os conselheiristas, após a derrota da expedição Moreira Cezar, ocasionou durante o ano de 1897 um consenso entre os jornais publicados na cidade de Salvador. Em dois momentos esse consenso foi explicitado em um documento assinado por esses jornais. Além de conter um registro de um sentimento de baianidade, essas manifestações da imprensa deixam transparecer um imaginário acerca da República e da nação brasileira.

Ao considerar, com Michel de Certeau (2002: 65), que o trabalho do historiador consiste no gesto de conectar “as ‘idéias’ aos lugares” de sua produção, é importante tentar explicitar as particularidades dos discursos aqui tratados. Pensar os pontos de

* Pós-graduando do Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), sob orientação da profa. Dra. Edvania Gomes Silva. novaisfilho@yahoo.com.br.

** Professora do Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Orientadora do projeto de pesquisa que deu origem a este trabalho. E-mail: edvania_g@yahoo.com.br.

¹Salvo exceções, é constante o papel da imprensa em difundir uma imagem negativa do líder sertanejo desde a época da peregrinação (1874) até os momentos finais da guerra (1897). A pesquisadora Walnice Nogueira Galvão, ao tratar das reportagens referentes à 4ª expedição, propõe uma síntese em três tipos básicos de representação jornalística de Antônio Conselheiro e da guerra. Uma representação “galhofeira”, na qual a guerra de Canudos “foi pretexto para sátira política”; a representação “sensacionalista”, que explorava principalmente a idéia de conspiração monárquica e difundia outros boatos; e por fim, podendo “ser contadas nos dedos das mãos”, a representação “ponderada”, que buscava restaurar o bom senso, desmentindo boatos em torno de Antônio Conselheiro e do conflito no sertão baiano (GALVÃO, 1994).

vista produzidos pela imprensa baiana acerca de Antonio Conselheiro nesses primeiros anos muito militaristas da República recém proclamada é o principal objetivo dessa comunicação. Um aspecto relevante, e que precede e constitui as representações de Antonio Conselheiro no ano da guerra, é o processo pelo qual o peregrino tornou-se matéria de interesse desses jornais pelo menos desde a década de 1870, ou seja, ainda durante a vigência do reinado de Pedro II.

Sobre a imprensa periódica no Brasil do século XIX, o pesquisador Marco Morel observa que “os agentes que a produziam e os leitores / ouvintes que, de alguma forma, eram receptores e também retransmissores de seus conteúdos, geravam o abstrato, mas com frequência invocado, Reino da Opinião Pública” (MOREL.s/d). A “opinião pública” em torno de Antonio Conselheiro e Canudos consistiu em um discurso que atribui fanatismo ao líder sertanejo e seus seguidores desde a primeira nota (publicada em um jornal sergipano em 1874) até a cobertura da campanha militar (1896-1897). O termo fanático, ora atribuído a Antonio Conselheiro, ora atribuído aos seus seguidores, ou a ambos ao mesmo tempo, atravessa as notícias, reportagens, cartas e demais manifestações veiculadas pela imprensa periódica. Tanto na fala daqueles que cobravam uma intervenção armada, quanto na dos que acreditavam ser possível dissolver pacificamente o séquito conselheirista; na imprensa monarquista ou jacobina; nas reportagens ponderadas, galhofeiras ou sensacionalistas; é constante o uso do termo fanatismo e seus derivados. Não foi o único termo. Entretanto outras palavras associadas a Canudos e Antonio Conselheiro apresentaram uma produtividade significativa e circularam nas colunas dos jornais. A palavra “jagunço”, por exemplo, teve ampla circulação durante a quarta expedição. Expressão que foi largamente usada como vitupério para atacar, de norte a sul do país, possíveis inimigos da nascente república.

Em novembro de 1896, momento no qual a tropa comandada pelo tenente Pires Ferreira marchava para Juazeiro, dois editoriais do *Jornal de Noticias* mobilizam essa dialética entre lembrança e esquecimento ao se referir as comemorações do aniversário da proclamação da República. Autoproclamada “a folha de maior circulação do Estado” da Bahia o *Jornal de Noticias* traz em seu editorial intitulado “15 de novembro” a seguinte mensagem:

É amanhã o 7º aniversário da proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil.

A Pátria agradecida, esquecendo os momentos amargos por que tem passado, saúda o dia de amanhã como a realização do seu maior ideal – a sua emancipação perante o mundo.

Que os brasileiros se unam e façam forte a República! (Jornal de Notícias, 14 de novembro de 1896)

O outro editorial – datado e intitulado 17 de novembro – faz menção direta ao “dr. Sabino”, um dos partícipes da rebelião regencial que guardou o seu nome: a Sabinada. Refere-se à indecisão e timidez dos republicanos da Bahia diante da proclamação da República no Rio de Janeiro. E finda por destacar a capacidade da Bahia de sacrificar-se pela ideia republicana.

Hoje é a data republicana da Bahia. Depois de hesitações e projectos de resistencia á Idea nova, brilhantemente inaugurada no dia 15, a pátria de Sabino Vieira adheriu á Republica entre as aclamações da mocidade e as alegrias dos velhos republicanos [...]

Hoje, a idea republicana domina quase todo o povo. A Bahia, a gloriosa terra de todos os tempos, o berço da liberdade, rejubila-se com a democracia, e crê nella, e por ella será capaz de sacrificar-se. (Jornal de Notícias, 17 de novembro de 1896)

A campanha de Canudos e o consenso da imprensa baiana

Em 1896, Luis Viana assume o governo da Bahia com a promessa de pacificar o sertão, que em diversos pontos estava conflagrado. Mas a rivalidade política entre vianistas e gonçalvistas² elevaria Canudos a problema nacional. Por fim, a solução armada se precipitaria com a colaboração de um antigo desafeto de Antonio Conselheiro: Arlindo Leoni, juiz de direito de Juazeiro.

Após dois alarmantes telegramas enviados por Leoni em 29 de outubro e 4 de novembro o Governador da Bahia, Luis Viana, decide enviar uma expedição militar para dissolver o ajuntamento, agora pela força do fuzil. No dia 6 de novembro a primeira expedição, comandada pelo tenente Pires Ferreira, parte de Salvador. No mesmo dia o *Diário da Bahia* reproduz matéria do jornal *Cidade do Joazeiro*, que entre outras coisas, diz:

² Partidários de José Gonçalves da Silva, primeiro governador constitucional republicano da Bahia. Figura-chave entre os gonçalvistas era o latifundiário e político Cicero Dantas Martins, o barão de Geremoabo. A propriedade onde se localizava a fazenda Canudos era de propriedade de parentes seus. Depois de derrotada duas expedições, o barão acusaria o governador de adotar a tática de “não vencer os fanáticos, mas dispersá-los para que em bandos, arrasassem e destruíssem as fazendas e propriedades dos adversários” (Jornal de Notícias, 4 de março de 1897).

Pavorosa impressão domina o espírito publico d'esta cidade, profundamente agitado com a confirmação da terrorífica notícias de sermos em breve visitado pelo perverso-maniaco Antonio Conselheiro, constituindo de longa data a mais tremenda e audaz ameaça à ordem publica, o elemento de rigoroso receio á fraqueza dos nossos governos anteriores, de cuja auctoridade impunemente zombou para eterna vergonha d'este próprio estado. (apud: BARTELT, 2009: p. 144)

O ataque a Juazeiro não se consumou e a tropa comandada pelo tenente Pires Ferreira decidiu, após cinco dias de espera, marchar para Belo Monte. No dia 21, a tropa sofre ataque surpresa em Uauá, distante de Canudos cerca de 110 quilômetros e que no dia anterior fora abandonada por quase todos os habitantes. Diante da situação, Pires Ferreira decidiu recuar a tropa. O comandante alegou que os atacantes conseguiram “apoderar-se de algumas casas abandonadas, que se achavam desguarnecidas por insuficiência da força e de onde nos fizeram algum mal (...)”. (apud MILTON, 2003: 41). O desastre da força oficial – classificado como “improdutiva vitória” pelo ministro da Guerra, general Francisco de Paula Argolo – resultou num aumento da autoconfiança entre os conselheiristas e da popularidade do agrupamento sertanejo. Essa celebridade, alegada com todo alarmismo que crescentemente era difundido nas notas relativas ao conflito, ecoou na capital federal.

A segunda Expedição, organizada ainda em 1896, marchou rumo ao arraial e em 18 de janeiro de 1897 tem o primeiro recontro com os conselheiristas na serra do Cambaio. No dia seguinte os militares são surpreendidos por um ataque na lagoa do Cipó. Doze horas depois, a situação se complicava com a fuga dos tropeiros, o esgotamento da munição e a falta de animais. O comandante, Major Febrônio de Brito resolve iniciar a retirada.

Em parte da imprensa baiana, o governador Luis Viana é alvo de severas críticas. O opositor *Estado da Bahia*, em editorial de 4 de fevereiro, insinua que Viana considerava os conselheiristas “instrumento cego e passivo”

(...), para satisfazel-o, não recuará diante de crime algum, que lhe importa o sangue humano, iniquamente derramado, contanto que viva elle contente e satisfeito? É doutor em medicina, mas consente sem escrúpulos, sem o menor remordimento da consciência que fanaticos, beatas e meninos sejam levados a ferro e a fogo (apud BARTELT, 2009: p.139)

No editorial do dia 7 de fevereiro o *Estado da Bahia* torna a explorar o envio da expedição militar a Canudos. E, numa referência a atitude do governo de Luis Viana, arremata:

(...) ainda mais inqualificável é o crime dos que, de envolta com o fanático e o mentecapto, com os velhos, crianças, mulheres beatas, é uma multidão de inocentes, que de boa-fé o acompanham, cogitam de aniquilar ao mesmo tempo com os recursos officiaes os seus inimigos pessoas. (apud BARTELT, 2009, p.139)

Com o “insucesso” da segunda Expedição o governo federal começa a acreditar na idéia de que Canudos era um antro monárquico, como insistia a imprensa jacobina carioca (VILLA, 1997: p.156). Moreira César é nomeado comandante da primeira expedição sob comando federal. Com a responsabilidade de “lavar a honra” do exército a expedição avista Canudos no dia 3 de março e começa forte investida. A reação veio como uma tempestade de tiros partindo dos defensores alojados em casas, becos e nas torres das igrejas. No dia seguinte começa a retirada da tropa. Com um saldo de 116 mortos e 120 feridos se encerra a atuação da expedição comandada pelo famoso “cortacabeças”, singelo apelido do coronel Moreira César devido sua atuação na repressão a Revolução federalista no sul do país entre 1893 e 1895.

Com a derrota da expedição a idéia de conspiração monárquica ganha corpo e passa a fazer parte do cotidiano político. Na capital da República jornais monarquistas foram empastelados e instaura-se um clima de terror. A Bahia se tornou alvo de constantes acusações da imprensa republicana do Sul. O “boato de que a Bahia apoiava o movimento restaurador de Canudos” foi severamente combatido pela imprensa soteropolitana, que se uniu deixando de lado as divergências. Em 14 de março, sob a coordenação de Severino Vieira, redator do *Correio de Notícias* foi redigido um documento de protesto intitulado “Pelo nome da Bahia” e enviado no mesmo dia aos jornais cariocas.

A imprensa baiana, unânime, pelos órgãos infradesignados, ciente de que na capital federal se procura formar a falsa opinião de considerar-se a Bahia reduto monarquista, protesta em nome de todas as classes sociais, que legitimamente representa, contra tão injusta e ofensiva suspeita, e afirma, como incontestáveis verdades, a opinião republicana deste estado e a sinceridade do seu apoio às instituições vigentes. (Correio de Notícias, Estado da Bahia, A Bahia, Jornal de Notícias, Diário da Bahia, Gazeta de Notícias, Panteon e Cidade do Salvador). (Jornal de Notícias, 15 de março de 1897)

Outro argumento razoável para justificar a utilização do jornal como fonte para se esboçar um entendimento acerca da relação entre memória e nação é o fato de ser ele o meio de comunicação melhor organizado nesse final do século XIX. Além disso, a campanha de Canudos colocou em questão, já no momento de sua ocorrência, a

problemática situação da identidade nacional no Brasil. Canudos foi percebido “como a síntese dos perigos e ameaças representados por um Brasil mestiço, dominado por fanatismos e superstições” (VENTURA, 2000: p. 332). Em pleno desenvolvimento nessa época, a imprensa brasileira é um local privilegiado para se testemunhar esses discursos sobre a nação. Para termos uma ideia, em 1897, na cidade de Salvador, eram publicados pelo menos oito jornais para uma população de duzentos mil habitantes³. O jornal tornou-se, pelo menos desde a Guerra de Secessão norte-americana (1861-1865), uma das bases do tripé tecnológico que passara a definir a guerra moderna. Junto com o trem e o telégrafo, o jornal se inseria nesse esforço de guerra, que caracterizou a campanha de Canudos em sua fase final, buscando afetar a opinião pública (GALVÃO, 2001: p.82).

Primeiramente, trataremos de esboçar um entendimento acerca da relação entre memória e nação, e compreender o papel da imprensa – nesse caso específico, dos jornais – na divulgação/circulação de um discurso sobre a nação. Em seguida, percorreremos sumariamente algumas definições de nação e sua relação com o conceito de memória. Por fim, verificaremos de que forma a relação memória/nação encontra-se presente no(s) discurso(s) materializado(s) nas edições dos jornais baianos selecionados para esta análise.

Começamos pela definição de nação. Conforme Marilena Chauí (2001) “antes da invenção histórica da nação, como algo político ou Estado-nação, os termos políticos empregados eram ‘povo’ e ‘pátria’”. Ainda segundo a autora a palavra “nação” vem do latim, *nascor* (nascer), e de um substantivo derivado desse verbo, *natio* ou nação (CHAUI, 2001, p.14-5). Para os romanos antigos as nações eram predominantemente os bárbaros e os povos subjugados que se organizavam “em termos de modos de vida e antepassados comuns, e não como instituições realmente políticas” (CALHOUN, 2008, p.39). Portanto, as possíveis origens do nacionalismo – pelo menos do que se desenvolveu na Europa do século XIX – remontam a dissolução do Império Romano e o desenvolvimento de diferentes agrupamentos político-culturais na Europa medieval (CALHOUN, 2008, p.39). Por outro lado, Benedict Anderson (2008, p. 84-106) aponta para o “pioneirismo crioulo” na emergência da “condição nacional” e considera que o

³ A *Bahia*, *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Correio de Notícias*, *Cidade do Salvador*, *O Republicano* são os jornais que assinam conjuntamente as duas manifestações da imprensa baiana. O *Estado da Bahia* só aparece na primeira manifestação, de março de 1897.

“final da era dos movimentos vitoriosos de libertação nacional nas Américas coincidiu em boa medida com o início da era do nacionalismo na Europa” (ANDERSON, 2008, p.107). É desse mesmo autor a definição de nação enquanto “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (2008, p.32).

Se considerarmos com Fentres e Wickham (1992, p.157) que “quase toda a retórica política depende do passado como dispositivo de legitimação” podemos, a partir daí, fazer uma reflexão sobre memória e nação nos jornais baianos durante a campanha de Canudos. No entanto, nos registros das manifestações da imprensa baiana há uma particularidade que remete também a um sentimento de baianidade, que convive com essa “consciência nacional” em desenvolvimento. Mas, na ocasião da campanha militar contra Canudos seria recomendado prevalecer a ideia de nação, pois era necessário falar em nome do Brasil e, nesse sentido, Canudos contribuiu para o processo de consolidação da nacionalidade. No editorial de 15 de março, intitulado “Pelo nome da Bahia”, o *Jornal de Noticias* evoca uma série de elementos na defesa da “convicção republicana” da Bahia:

Calha a primazia das nossas palavras de hoje sobre o acontecimento que tanto continua impressionando a nossa população e o paiz inteiro, a importante reunião hontem celebrada pela imprensa desta capital, em sua unanimidade, sem matizes partidários e sem pensamentos de politica local. A solidariedade patriótica em que uniram-se todos esses órgãos da opinião publica e o accordo a que, sem a mínima divergencia, chegaram quanto á necessidade de defender o glorioso nome da Bahia da suspeita injuriosa de ser essa terra um reducto do monarchismo intransigente e pertubardor, assumem de facto, na grave situação presente, alta importancia.

[...]

Sim! Si ao obcecado fanático Antonio Conselheiro juntam-se elementos subversores das instituições vigentes, justiça é proclamar que não são os nossos dinheiros, nem os esforços da Bahia, que allí concorrem, que não é entre nós que se trama, e se resolve, e se emprehende a lucta ao regimen inaugurado a 15 de novembro de 1889.

Conservadora por excellencia, desejando antes de tudo a paz e a ordem, capitaes condições de vida do seu grande commercio e das suas industrias, a Bahia tem até hoje, e sempre, revelado as suas convicções republicanas, [...] sem que do seu seio jamais houvessem partido obstáculos á consolidação plena e decisiva da forma republicana, pela qual trabalha com sinceridade, calma e seguramente, ao seu dedicado serviço, offerecendo os meritos de tantos filhos.

Quis a fatalidade, a que homens e povos não se pode eximir, que as difficuldade que presentemente angustiam a Patria se agravassem nos nossos sertões.

A ignorancia em que os sessenta annos de monarchia nos educaram é que está explodindo na superstição barbara com que os crendeiros defendem a

pessoa e as falsas doutrinas religiosas de Antonio Conselheiro, julgado santo pelos seus fieis.

[...]

Consideral-a [a Bahia] subversora é esquecer-lhe as honrosas tradições de paz e ordem, que constituem a sua escola e a sua convicção, desde que do alto das suas montanhas a civilização ocidental apresentou ao mundo o Brazil, como brilhante até então occulto á lapidação do progresso; suspeital-a de reducto monarchista é não aprofundar bem, desde o seu distante principio, a historia do fanatismo conselheirista, hoje desdobrado em acontecimentos que, tristemente para todos nós, estão preocupando e movendo o espirito nacional, e que, alem do luto em que lacrimenam famílias bahianas, trazem-nos a mais, o pungente golpe e de estarmos assistindo á suspeição da terra veneranda, de onde nasceram para a Patria os primeiros raios de amor e de gloria, e em cuja longa vida de heroismos tem sido sempre um sacerdocio o engrandecimento do nome brasileiro (Jornal de Noticias, 15 março de 1897).

A “solidariedade patriótica [entre os] órgãos da opinião publica da capital baiana”; o “conservadorismo da Bahia”; sua “tradição de paz e ordem”; sua alegada convicção republicana; e a fórmula que a identifica como berço do “Brazil”⁴; são alguns aspectos merecedores de destaque nesse editorial do *Jornal de Noticias*. Também relevante é a atribuição de falsidade às “doutrinas religiosas” de Antonio Conselheiro e de ignorância e fanatismo aos sertanejos que o seguiram. Tópicos que compõem a retórica dos órgãos da imprensa no que diz respeito a Canudos e Antonio Conselheiro.

O anunciado conservadorismo evidencia os interesses das elites baianas, que o jornal defende ao indicar a manutenção da ordem e da paz como fatores importantes para o bom andamento do comércio, das indústrias e das finanças do estado. Alega-se também uma tradição pacífica e ordeira da Bahia, tentando afastar indícios de rebeldia e violência, que seriam atributos dos “fanáticos e ignorantes” seguidores de Antonio Conselheiro. No entanto, essa tradição não concerne ao republicanismo alegado. Pois, não havia na Bahia uma tradição republicana. O Partido Republicano da Bahia, fundado em maio de 1888, não subsistiu à instalação da República. De acordo com Consuelo Sampaio os republicanos históricos “submeteram-se aos velhos monarquistas recém-convertidos e acomodaram-se nas fileiras dos partidos políticos que foram sendo organizados por liberais ou conservadores do antigo regime” (SAMPAIO, 1975, p.18). Portanto, a “tradição republicana” da Bahia não estava livre de suspeitas como quer a imprensa baiana. Afinal, se houve uma tradição republicana na Bahia, ela não nesse

⁴ Sobre a “baianidade” na Primeira República (1889-1930), Rinaldo Leite observa a recorrência dessa noção que considerava a Bahia “lugar a partir de onde foi gerado, se não a nação, o espaço-território chamado Brasil” (2002: p.6).

momento que se fazia representar nos lugares institucionais da política. Os rebeldes de outrora (“Revolta dos Alfaiates”, Sabinada...) não eram lembrados nesses momentos. Ademais, durante a vigência da escravidão, a Bahia, por meio de sua elite política, manteve-se como um dos pilares da instituição escravocrata. Durante o reinado de Pedro II, o estado foi o que mais representantes teve nos conselhos de estado e a frente dos ministérios.

Por fim, a ideia de berço da civilização brasileira remete a narrativa que indica ter sido no território baiano o local onde teria começado a história do Brasil. Começo que teria ocorrido quando da apresentação “ao mundo [d]o [...] brilhante até então oculto á lapidação do progresso”. Dessa narrativa surge também a ideia de filiação do Brasil à “civilização ocidental”, que teria suas “raízes” na colonização ibérica. O editorial em questão remonta a um lugar comum no qual “o começo histórico” do Brasil é relatado como sendo um evento pacífico.

Chama atenção, também, a referência aos “nossos sertões”, num gesto que pode ser identificado como tentativa de ligação com esse espaço. A violência que assola a região é atribuída à fatalidade, mas também a ignorância e a superstição disseminadas pelo regime monárquico. A “superstição barbara” encontra terreno fértil nos sertões da Bahia, mas, de acordo com o editorial, é o “fanatismo conselheirista” que deve ser examinado em sua longa história. Esse exame dissiparia então a suspeita que recai sobre a Bahia.

A estratégia adotada em conjunto pelos jornais de Salvador foi não responder diretamente ao artigo que levantava suspeitas em relação ao republicanismo das autoridades baianas. Preferiram partir em defesa da Bahia, elencando atributos que justificariam o seu republicanismo.

Entretanto, a derrota da expedição e a morte do coronel Moreira Cesar contribuíram para que a ideia de conspiração monárquica ganhasse corpo e passasse a fazer parte do cotidiano político. Na capital federal, jornais foram empastelados e o coronel Gentil de Castro, diretor do órgão monarquista *Jornal do Commercio*, fora assassinado instaurando um clima de terror. Na Bahia, as manifestações públicas de luto foram numerosas e solenes. Conforme testemunha contemporânea dos acontecimentos “a Bahia afirmou sua solidariedade com o regime atual, e suas simpatias ao exército republicano” com “exéquias pomposas em várias igrejas; votos de condolência pelos

conselhos municipais; moções de pesar lançadas na ata da Associação Comercial e na de outras sociedades [...]” (MILTON, 1900, p. 87).

Ao manifesto da imprensa baiana, materializado na mensagem enviada à imprensa carioca, no dia 14 de março, seguiram-se outros. No dia 15, o governador Luiz Vianna enviou uma longa mensagem ao presidente da República “sobre os antecedentes e ocorrências das expedições contra Antonio Conselheiro e seus sequazes”. Em 19 de março, os estudantes das escolas superiores da Bahia dirigiram aos seus “collegas e aos republicanos dos outros estados” um manifesto publicado na imprensa no dia 23.

Na mensagem dirigida à imprensa carioca, a imprensa baiana reivindica para si o papel de detentora de um consenso da sociedade baiana. O telegrama, enviado no dia 14, e reproduzido pelos jornais que se reuniram apresenta o seguinte teor:

A imprensa bahiana, unânime, pelos orgaos infra designados, sciente de que na capital federal se procura formar a falsa opinião de considerar-se a Bahia reducto, monarchista, protesta em nome de todas as classes sociaes que legitimamente representa, contra tão injusta e offensiva suspeita, affirma, como incontestáveis verdades, a opinião republicana deste estado e a sinceridade do seu apoio às instituições vigentes.

Assignados – Correio de Noticias – Estado da Bahia – A Bahia – Jornal de Noticias – Diario da Bahia – Gazeta de Noticias – Pantheon – Diario de Noticias – Cidade do Salvador (Jornal de Noticias, 15 março de 1897).

A imprensa baiana se apresenta como porta-voz das classes sociais do estado, que legitimamente representaria. Porém, não evidencia quais seriam essas classes. Sobre essa figura do “porta-voz” Monica Zoppi-Fontana (1997) chama atenção para que seja observado como seu funcionamento enunciativo “[...] é afetado pela inscrição do sujeito do discurso em diversas e conflitantes FDs [formações discursivas] a partir das quais ele enuncia”. E indica que no cerne dessa figura se produz “o efeito de ilusão de exterioridade” que leva ao “lugar-comum que considera o funcionamento da figura do porta-voz como a voz do consenso” (ZOPPI-FONTANA:1997, p. 77). Essa ilusão, no caso da imprensa baiana, apresenta uma fragilidade quando deixa escapar quais são as classes sociais que representa, pois, nesse caso, a referida imprensa mostra-se não tão consensual como se poderia supor, já que representa certas classes sociais e não outras. Mesmo assim, a imprensa baiana, ao se colocar como representante da Bahia, supõe uma situação onde não há dissenso sobre a questão.

Se observarmos a preocupação explícita no editorial analisado acima com os efeitos da desconfiança em relação às convicções republicanas da Bahia que “solapam o

credito nacional, desacreditam os nossos homens e as nossas coisas”, podemos afirmar que eram as elites políticas e econômicas que se faziam representar por esses órgãos de imprensa. Outros indícios apontam também para essa “apropriação dos discursos” pelas elites, que, no caso da Bahia, eram representadas pelas oligarquias, que apesar da proclamação da república, concentravam em suas mãos, além das riquezas, também o direito à fala pública. A respeito dessa reserva do discurso por determinados grupos da sociedade cito a seguinte passagem de “A Arqueologia do Saber”, do filósofo Michel Foucault:

[...] em nossas sociedades (e em muitas outras, sem dúvida), a propriedade do discurso – entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao corpus dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas – está reservada de fato (às vezes mesmo, de modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos [...] (FOUCAULT, 2010: p.75)

Por ocasião do retorno do comandante das tropas para a capital federal, a imprensa baiana novamente se investiu do papel de porta-voz da Bahia. À guisa de editorial, o *Jornal de Notícias* publicou, em 25 de outubro de 1897, mensagem assinada em conjunto por órgãos da imprensa de Salvador. Encimado pela imagem do brasão de armas da República dos “Estados Unidos do Brasil”, seguido do título “A Imprensa/Aos Defensores da Lei/ O Exercito Nacional e as Policias dos Estados”, o tributo aparece também nos outros periódicos que assinaram a manifestação conjunta da imprensa em homenagem às “forças victoriosas”. Logo de inicio a mensagem associa Canudos ao minotauro – criatura metade touro metade homem. Em seguida é registrado o “fanatismo rebelde” dos sertanejos – vencidos pelo exército nacional que se alimentava da “convicção republicana” e da “nova fé política”.

A imprensa bahiana foi durante essa renhida peleja contra o minotauro de Canudos mais do que um aparelho organico, vivo e palpitante por onde corria o plasma da opinião; foi a alma collectiva, o coração da Bahia, o músculo vibrátil e sensível em cujas fibras vinham repercutir, dia por dia, as esperanças e os soffrimentos, as alegrias e as dores, os entusiasmos e os revezes da legião patriótica. [...] Nas agruras das marchas, ao escalar dos cerros abruptos, na clareira juncada de cadáveres, no cimo dos reductos conquistados ao fanatismo rebelde, ella esteve presente, alimentando sempre com o óleo da convicção republicana d’esta terra a flamma sagrada que todos juramos nutrir, a luz e o calor da nova fé política. (Jornal de Notícias, 25 outubro de 1897).

Curioso observar como a caracterização da República como “nova fé política”

acaba por remeter a uma dimensão religiosa do discurso sobre a nação. Mesmo que seja uma espécie de fé secular, a disposição dos termos acaba por indicar uma apropriação do discurso religioso, ressignificando e utilizando o vocábulo para caracterizar o ideal republicano.

A estratégia de registrar o luto para se forjar os laços da nação nos permite outra aproximação da categoria memória. Ao refletir sobre o que é a nação, o historiador francês Ernest Renan, em 1882, sugeriu: “Ora, a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas.”. E acrescentou que em “matéria de lembranças nacionais, os lutos valem mais que os triunfos, pois eles impõem deveres, eles comandam o esforço em comum.” (RENAN, 2006, 6 e 19). No tributo da imprensa baiana, a menção aos soldados mortos em combate e a saudação ao exército e as polícias dos estados funcionam como justificativa para que essa mesma imprensa apresente-se como tendo: “[...] o dever e direito de falar em nome da Bahia, cujos sentimentos traduz e afirma bem alto nesta homenagem aos legionários da defesa nacional”:

Victimas resignadas, martyres do dever e do patriotismo, a Bahia jamais se esquecerá de tantos sacrifícios. Ella, como boa mãe, derramando lagrimas de dor sobre o infortúnio dos filhos que tombara, deplora a desgraça, o erro ou ingratidão daquelles que se transviaram da sua continua lição de amor, de paz e fraternidade. Mas para todos esses que vieram expirar no seu regaço – por honra das leis e tradições que ella compartilha, erigiu no seu coração um monumento de saudades perenne como o bronze. (Jornal de Noticias, 25 outubro de 1897)

Nesse tributo, podemos verificar que a campanha contra Canudos e Antonio Conselheiro não se limitou à ação militar. Urdiu-se por meio da imprensa uma trama de significados e “com essa mobilização geral da opinião [...] acompanhando as operações bélicas, a Guerra [...] foi afinal ganha, o arraial arrasado a dinamite e querosene juntamente com quem não quis se render [...] [e a] República estava salva” (GALVÃO, 1977, p.75).

Por fim, as unânimes manifestações da imprensa baiana examinadas acima nos permitem observar uma articulação entre nação e memória. Para tanto, os jornais utilizam-se da estratégia de lembrar/esquecer (ANDERSON, 2008, p. 271-7), pois, ao *lembrar* a Bahia como lugar onde a nação brasileira teria sido “apresentada” à civilização ocidental, o discurso da imprensa *esquece* a violência que marcou esse “ato fundador”. Trata-se então de uma “memória manipulada”, na qual esses acontecimentos

fundadores são “legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez” (RICOEUR, 2007, p.95). Quanto aos sertanejos conselheiristas, tachados pela imprensa de “fanáticos rebeldes”, “subversores”, foram incorporados á força pela nacionalidade e, com o tempo, a campanha de Canudos se tornou também um acontecimento fundador, elementar para se abordar a problemática da identidade nacional no Brasil.

Referências:

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da Província da Bahia**. 2ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ALVES, Lizir Arcanjo. **Humor e Sátira na Guerra de Canudos**. Salvador, Secretária de Cultura e Turismo do Estado da Bahia/ EGBA, 1997.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, República e Nação**. São Paulo, Edusp, 2009.

CALASANS, José. **Notícias de Antônio Conselheiro**. (1969) republicado in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 33: 2000 – 2002. pp. 9-19

_____. **Cartografia de Canudos**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, EGBA, 1997.

CALHOUN, C. **O nacionalismo importa**. In. DOYLE, Don e PAMPLONA, Marco (Orgs). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CHAUÍ, M. **Brasil – Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de Canudos**. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo Bernucci. 4ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

FENTRESS, J; WICKHAM, C. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992. 278 p.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GALVÃO, W. N. **No Calor da Hora: A Guerra de Canudos nos Jornais, 4ª Expedição**. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1977.

_____. **O Império do Belo Monte: Vida e morte de Canudos**. 1ª ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.

LEITE, R. A Bahia na história: heroísmo, sacrifício e abandono. **Anais I Encontro Estadual de História, “História, Cidades e Sertões”**. Ilhéus-Ba, Universidade Estadual de Santa Cruz, 2002.

MILTON, A. **A Campanha de Canudos**. Brasília: Ed. do Senado Federal, 2003 (1900).

MOREL, Marco. **A imprensa periódica no século XIX**. Disponível em <http://bndigital.bn.br/redememoria/periodicoxix.html> (capturado em jan.2008). s/d.

OTTEN, Alexandre. **“Só Deus é grande”. A mensagem religiosa de Antonio Conselheiro**. São Paulo, Loyola: 1990.

RENAN, E. O que é uma nação? (1882). In: **Revista Aulas**: Unicamp, 21p. ago. 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/numero1.htm> (capturado em fevereiro de 2011)

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

SAMPAIO, C. N. **Os partidos políticos da Bahia na primeira República. Uma política de acomodação**. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975.

VENTURA, R. “Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república” In MOTA, C. G. (org.) **Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira**. São Paulo, Ed. Senac, 2000

ZILLY, Berthold. A guerra do sertão como “evento de mídia” na Europa de 1897. **Anos 90**. Porto Alegre (7): 59-87, jul. 1997.

ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos modernos: discurso e representação política**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

Jornais consultados:

CORREIO DE NOTICIAS, Salvador, Bahia – Centro de Estudos Euclides da Cunha/Uneb

CIDADE DO SALVADOR, Salvador, Bahia – Arquivo Edgard Leuenroth /Unicamp

JORNAL DE NOTICIAS, Salvador, Bahia – Biblioteca Pública do Estado da Bahia